



**RUAM CARLOS CHAVES GOTARDO**  
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL JUCERJA Nº 286 | JUCEES Nº 084 | JUCEMG Nº 1407

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025**

**RUAM CARLOS CHAVES GOTARDO**, Leiloeiro Público Oficial, brasileiro, casado, portador da matrícula na JUCEMG número 1407, da cédula de Identidade número 238780050 RJ, e do CPF número 163.053.507-95, com endereço na Av. Jerônimo Monteiro, 1000, Ed Trade Center, Sl 1106, Centro, Vitória/ES, CEP: 29010-935, telefones (27) 99293-6589 / (27) 3442-1975, e-mail: [juridico@serranaleiloes.com.br](mailto:juridico@serranaleiloes.com.br), vem, de forma **tempestiva**, com fundamento no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO RESULTADO PROVISÓRIO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025**, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

**I – TEMPESTIVIDADE**

Nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, a presente impugnação é tempestiva. O processo licitatório nº 085/2025 Inexigibilidade nº 025/2025 foi publicado no **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 30/05/2025**, com início do recebimento da documentação previsto para **02/06/2025 a 24/06/2025**, o que permite o exercício do direito à impugnação dentro do prazo legal.

**II – DOS FATOS**

O Município de Cataguases/MG publicou edital de credenciamento para leiloeiros oficiais, por inexigibilidade de licitação. Entretanto, a análise do edital revela três pontos que comprometem a legalidade, a impessoalidade e a eficiência do processo:

1. A definição da ordem de atendimento aos credenciados por ordem de assinatura do termo de credenciamento, sem sorteio;
2. A exigência de entrega exclusivamente física da documentação.
3. A ausência de publicação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
4. A exigência de comprovação de residência no Estado de Minas Gerais há mais de cinco anos, como critério de habilitação.

**III – DO DIREITO**

**1. Critério de distribuição afronta à isonomia e impessoalidade:**

O edital prevê a distribuição dos lotes aos credenciados por **ordem cronológica de assinatura dos termos de credenciamento**, conforme item 9.4.2. Embora o art. 79, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021 permita o rodízio, este deve ser estruturado de forma **objetiva, isonômica e transparente**.

A adoção da ordem cronológica de assinatura dos termos de credenciamento como critério para distribuição da demanda entre os leiloeiros oficiais mostra-se inadequada, por depender de variáveis externas à conduta ou mérito dos interessados, tais como questões logísticas, distância física da sede da Administração e, ainda, possíveis instabilidades nos sistemas de informática, servidores ou conexões de internet — tanto da



Administração quanto dos leiloeiros. Tais circunstâncias, por seu caráter contingente e desigual, podem comprometer a observância do princípio da isonomia e ensejar tratamento não equânime entre os credenciados. Nesse contexto, a substituição desse critério por sorteio público, devidamente registrado e filmado, revela-se a medida mais compatível com os princípios da **impessoalidade, isonomia e igualdade**, nos termos do **art. 5º da Lei nº 14.133/2021** e do **caput do art. 37 da Constituição Federal**, assegurando a neutralidade e a transparência que devem nortear os procedimentos administrativos.

## **2.Exigência de entrega exclusivamente física – ineficiência e restrição de acesso**

A exigência de entrega apenas física da documentação, seja presencial ou postal, contraria os princípios da **eficiência, economicidade e inovação** previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. O **art. 17 da mesma norma** estabelece que as contratações públicas devem preferir o uso de meios eletrônicos.

Trata-se de procedimento não competitivo, que poderia tranquilamente admitir o recebimento da documentação por **meio eletrônico (e-mail institucional, por exemplo)**, com posterior conferência/autenticação dos documentos, o que ampliaria o acesso de interessados e reduziria custos logísticos, promovendo maior inclusão e racionalidade administrativa.

## **3. Ausência de publicação no PNCP**

Nos termos do art. 174, I, da Lei nº 14.133/2021:

*“Deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):  
I – os avisos de contratações diretas e os respectivos processos de contratação.”*

A **ausência de publicação do edital no PNCP** compromete sua validade e a transparência do certame, infringindo os princípios da publicidade, legalidade e ampla concorrência.

## **4. Exigência de comprovação de domicílio em Minas Gerais há mais de 5 anos**

O edital exige que o leiloeiro comprove residência no Estado de Minas Gerais por período superior a cinco anos (item 3.5.3.1). Tal exigência **não encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021**, tampouco no Decreto nº 21.981/1932, que regula a profissão de leiloeiro.

A Lei exige apenas a **matrícula na Junta Comercial** do estado onde o profissional atuará — não impondo qualquer requisito de **domicílio mínimo ou residência continuada**.

Essa exigência tem **efeito discriminatório e restritivo de competitividade**, violando os princípios da:

- **Isonomia** (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021);
- **Legalidade e proporcionalidade**;
- **Vedação à restrição injustificada da competitividade**.



**RUAM CARLOS CHAVES GOTARDO**  
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL JUCERJA Nº 286 | JUCEES Nº 084 | JUCEMG Nº 1407

É inadmissível que um leiloeiro regularmente matriculado na JUCEMG seja impedido de se credenciar apenas por não residir fisicamente no estado ou por não comprovar tempo de moradia.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante das ilegalidades e inconsistências apontadas, requer-se:

1. A **alteração do critério de distribuição cronológica para definir classificação dos leiloeiros**, com a adoção de **sorteio público filmado** entre os credenciados habilitados para definição da ordem inicial de chamadas, seguindo-se o rodízio;
2. A **inclusão da possibilidade de envio eletrônico da documentação** (em formato PDF, por e-mail institucional), nos termos do **art. 12, VI, da Lei nº 14.133/2021**, assegurando economicidade e eficiência;  
A regularização da publicação do edital no PNCP, conforme art. 174, I, da Lei nº 14.133/2021;
3. A exclusão da exigência de comprovação de residência há mais de cinco anos em Minas Gerais, por ausência de amparo legal;
4. A **suspensão temporária do recebimento de envelopes** até a publicação de edital retificado com as correções solicitadas.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Vitória/ES, 02 de junho de 2025.

**Ruam Carlos Chaves Gotardo**  
Leiloeiro Público Oficial  
CPF: 163.053.507-95  
Matrícula na Junta Comercial: 1407 - MG